



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA - SÉCULOS XX-XXI

## **Celso Furtado menosprezou a educação? A construção de uma falácia**

*Did Celso Furtado underestimate education? The construction of a fallacy*

Carlos Eduardo Carvalho; PUC-SP, Dept. Economia; cecarv53@gmail.com

RESUMO: A acusação de que Celso Furtado jamais teria dado relevância à educação como condição para o desenvolvimento é exemplo de falseamento do passado para justificar posições em controvérsias presentes. Em artigos de imprensa o economista Samuel Pessoa construiu narrativa falaciosa para atacar o desenvolvimentismo e a esquerda em debates atuais. Depois de afirmações claramente inverídicas, Pessoa reconheceu "menções" de Furtado à educação, logo desqualificadas como "protocolares". Trata-se de combinar falsidades com verdades para estabelecer narrativa que pareça verossímil. É também um caso de "intolerância metodológica". Na obra de Furtado o déficit educacional não é causador do subdesenvolvimento, é consequência de problemas estruturais que o geraram. Contudo, para avançar no desenvolvimento, Furtado destacou a educação, orientação que seguiu como planejador e executor de políticas públicas. Nada disso tem relevância para este tipo de crítica, contudo, por não endossar o dogma do déficit educacional como causador original dos problemas.

Palavras chave: Celso Furtado. Educação e desenvolvimento. Samuel Pessoa.

ABSTRACT: The accusation that Celso Furtado had never given relevance to education as a condition for development is an example of distorting the past to justify positions in current controversies. In press articles, economist Samuel Pessoa constructed a fallacious narrative to attack developmentalism and the left wing in current debates. After making clearly false and simplistic statements, Pessoa recognized "mentions" by Furtado regarding education, soon disqualified as mere "formalities". It is a matter of combining falsehoods with truths in order to establish a plausible narrative. It is also a case of "methodological intolerance". In Furtado's work, educational deficit is not the cause of underdevelopment, but a consequence of the structural problems that have given rise to it. However, Furtado emphasizes education as a priority for development and for overcoming underdevelopment, a guidance he followed as a planner and as an executor of public policies. None of this seems to be



relevant, though, without the repetition of the dogma that educational deficit is the original cause the problems.

Key words: Celso Furtado. Education and development. Samuel Pessoa

## INTRODUÇÃO

Samuel Pessoa é um economista influente, com ampla presença na mídia e em eventos acadêmicos. Na sua coluna dominical na Folha de S. Paulo, aborda temas controversos do debate econômico, com análises consistente, resultados de pesquisas e abordagens teóricas bem fundamentadas. A educação básica de qualidade como requisito para ganhos de produtividade e crescimento sustentado está entre seus temas de interesse. Seus textos contêm críticas incisivas a argumentos e propostas de que discorda, em geral apoiadas em dados e argumentos relevantes.

Não foi o caso das referências a Celso Furtado apresentadas em meio a críticas às escolhas da política econômica dos anos 1950 (Pessoa, 2017). Com elogios ao "bom senso conservador" de Eugênio Gudín, que "já notava a importância da educação", Samuel caricaturiza o "nacionalismo de um Celso Furtado", para quem tudo se resumiria a um suposto diagnóstico de que "as transnacionais cobram lucros excessivos para cá investir". Um ano antes (Pessoa, 2016) ele escrevera que Furtado, "apesar da dedicação ao tema do desenvolvimento por quarenta anos e em trinta livros, em nenhum momento associou desenvolvimento à educação".

Afirmações contundentes, sem provas, sem referências. Apesar de claramente inverídicas para quem conhece a obra de Furtado, os argumentos poderiam soar como excesso verbal, ou até como verdadeiros para quem conhece pouco ou nada da obra e da atuação pública de Furtado. Anos depois, em artigo no blog do Ibre (Pessoa, 2020), Samuel reconheceu ter havido "várias menções de Furtado ao tema da educação", inclusive no orçamento do Plano Trienal. Estes reconhecimentos não foram apresentados como recuos e menos ainda como desmentidos do que fora escrito na Folha, e sim como demonstração de que Furtado tratara do tema de forma apenas "protocolar".



As afirmações claramente inverídicas passaram a ter elementos "verdadeiros", referências que parecem conferir foro acadêmico a expressões aligeiradas. Trata-se da construção de uma falácia: agregação de elementos verdadeiros para sustentar tese falsa. Analisá-la pode oferecer elementos para a compreensão de como embates sobre desenvolvimento tomam questões do passado para criar interpretações ou narrativas para intervir nas disputas correntes.

Não há como avaliar a repercussão destas afirmações, mas pode-se supor que tenha sido relevante, pela influência do autor e do jornal em que foram divulgadas. Chamou a atenção na época ouvir referências de colegas professores e de graduandos de economia, convencidos de que eram afirmações procedentes, sem cuidados ou indagações.

Samuel Pessoa não é especialista em educação, por certo, nem é isso que se pode cobrar dele. A forma aligeirada e falaciosa dos seus argumentos, contudo, dificulta o que deveria ser a discussão relevante: por que planos e programas falharam, fossem de esquerda ou de direita, desenvolvimentistas ou liberais?

Desvelar esta mistificação contribui para expor de forma organizada a relevância da educação no pensamento e na atuação de Celso Furtado, inclusive porque não foi possível localizar trabalhos que apresentem esta trajetória de forma sistemática. Pode também contribuir para a análise de por que motivos propostas variadas de priorizar a educação básica não foram capazes de reverter o persistente déficit quantitativo e qualitativo do Brasil nesta área crucial. Além disto, permite conhecer os problemas do debate sobre a história das ideias e da política econômica no país.

A próxima seção apresenta um resumo do tratamento da educação na obra acadêmica de na trajetória de Celso Furtado como intelectual e homem público, tema abordado em Carvalho (2021). Estes elementos são retomados na análise dos citados artigos de Samuel Pessoa, realizada na seção seguinte. Seguem-se os comentários finais.

## **A EDUCAÇÃO NA OBRA E NA ATUAÇÃO DE CELSO FURTADO**

Furtado não destacou explicitamente as relações entre educação e subdesenvolvimento em seus livros mais marcantes. Para a análise estruturalista, as mazelas de nossos países



decorrem das estruturas econômicas e sociais geradas na formação do Brasil e da América Latina, marcadas pela violenta concentração da renda, da propriedade, da riqueza. A heterogeneidade e os desníveis de produtividade a ela associados geraram um bloqueio histórico ao acesso da maioria da população aos benefícios da enorme riqueza produzida. A exclusão da maioria do acesso à educação decorreu deste processo, não foi sua causa.

Como formulador e gestor de políticas públicas, Furtado procurou articular as transformações das estruturas em que se sustentava o subdesenvolvimento com políticas de educação, nos diferentes níveis – do ensino básico até a qualificação técnica e o ensino superior. Estas políticas foram apontadas como indispensáveis e decisivas para o desenvolvimento. Não aparece em sua obra e em sua trajetória a ideia de primeiro modificar as estruturas e acelerar o desenvolvimento e só depois cuidar da educação. E também não aparece a ilusão de que seria possível avançar na educação de base sem alterar as estruturas que aprisionam as pessoas na pobreza e na exclusão.

### **O relatório sobre a economia da Venezuela (1957)**

Este enfoque aparece de forma clara no documento de trabalho "O desenvolvimento recente da economia venezuelana (Exposição de alguns problemas)", redigido por ele em agosto de 1957. Em maio daquele ano Furtado chegara a Caracas para elaborar estudo sobre a economia do país e propor um curso intensivo para formação de especialistas em políticas de desenvolvimento, encomendado à Cepal pelo governo do país.

O documento ficou inédito por décadas e foi publicado apenas em 2008, pelo Cicef (Furtado, 2008). Nesta edição, o relatório ocupa 47 páginas, com outras 35 páginas com anexos estatísticos. O relatório começa com a caracterização do que Furtado chamou de subdesenvolvimento com abundância de divisas, análise das peculiaridades da economia venezuelana, em 24 páginas. Nas 23 páginas seguintes o relatório expõe as "tarefas a cumprir na nova fase do desenvolvimento". E aí a educação é destacada logo no início, vinculada com a necessidade de diversificar a estrutura produtiva do país.

É o que se encontra nas páginas 61-62:



O principal fator limitativo do desenvolvimento venezuelano tenderá a ser, cada vez mais, (...) o homem capacitado. O homem capacitado é uma forma superior de capital que se requer em escala crescente quando uma economia passa das etapas intermediárias para as superiores do desenvolvimento. Nas primeiras etapas (...) o principal fator limitativo do crescimento é o capital; nas etapas muito avançadas é a mão-de-obra. (...) nas etapas intermediárias é o homem capacitado o verdadeiro fator limitativo. Ora, o homem capacitado é como uma máquina-ferramenta: só pode ser produzido partindo de outro preexistente. Isso significa que em seu preparo o fator tempo desempenha papel fundamental. (p. 61). (...)

Como primeiro problema se coloca o da elevação do nível educacional básico: aumento do tempo de permanência da população infantil nas escolas, educação básica para adultos etc. O segundo problema é o da formação de pessoal técnico para as indústrias. O terceiro diz respeito ao preparo de profissionais. Por último, há a questão da formação de pessoal especialmente para a pesquisa tecnológica e científica.

Mais adiante (p. 63-64), Furtado vai além:

Os investimentos em educação, preparação de pessoal técnico, pesquisa tecnológica, e assistência técnica aos empresários se destinam, todos eles, a criar economias externas ao conjunto das atividades produtivas. (...) Primeiro, contribuem diretamente para elevar o nível cultural e técnico da população, ou seja, para o aperfeiçoamento do patrimônio humano da nação. Ora, todo investimento feito nas pessoas possui um caráter de autoexpansão e de continuidade nas novas gerações. É um processo em cadeia e por natureza irreversível. (...) os investimentos desse tipo se concretizam em serviços de caráter permanente, isto é, geram um fluxo importante de salários que vão contribuir para a expansão do mercado interno.

### **As conferências no BNDES (1957)**

De volta ao Rio de Janeiro, Furtado proferiu dez conferências na sede do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em setembro e outubro de 1957, publicadas na época como "Perspectivas da economia brasileira", com reedição em 2012 pelo Cicef (Furtado, 2012). Enquanto se preparava para um ano de estudos em Cambridge, Furtado apresentou nas conferências uma análise ampla dos problemas colocados para a continuidade do desenvolvimento econômico do Brasil.



Na quinta conferência, intitulada "Ritmo provável do crescimento no próximo decênio: a relação produto-capital", há um trecho muito contundente (p. 51):

A introdução de técnicas mais eficientes de produção mediante inversões de pequena monta é outra forma de aumentar a produtividade média do capital. Em um país como o Brasil esse princípio se aplica amplamente. Assim, a primeira técnica, cuja difusão será de amplos resultados, é a de ler e escrever. A importância da alfabetização está em que facilita e barateia a difusão de numerosas outras técnicas. O espírito de iniciativa e uma permanente atitude experimental no trabalho – fundamentais em um sistema realmente dinâmico – só se alcançam em níveis mais altos de educação. Contudo, no ambiente rural, a alfabetização é suficiente para provocar a integração na sociedade de grupos cuja participação ativa no sistema econômico é indispensável. (...) Na maioria dos casos é mais importante, em países como o Brasil, aplicar capital nas pessoas do que acumular máquinas. Examinando a agricultura, é fácil verificar a considerável subutilização do escasso capital nela investido. (...) Observação semelhante se pode fazer no campo industrial, particularmente no que respeita às pequenas indústrias.

Logo na sequência, porém, Furtado se afasta de qualquer interpretação de que suas palavras indicassem que apenas a educação poderia dar conta dos desafios do desenvolvimento, e mais especificamente do desafio de aumentar a produtividade do capital (p. 51-52):

Contudo, é no campo dos ajustamentos de ordem mais geral que se pode atuar mais efetivamente para aumentar a produtividade média do capital. A experiência brasileira indica, de modo claro, que as deficiências nos setores básicos de transporte e energia têm sido as principais causas do declínio na produtividade média do capital, observado no último quinquênio.

Como se sabe, na Inglaterra Furtado escreve o clássico "Formação econômica do Brasil", em que não há referências à educação. A obra é dedicada a apresentar uma análise acurada do subdesenvolvimento brasileiro, com destaque para o Nordeste brasileiro. Não se pode ver aí qualquer contradição com o teor das conferências, posto que se tratava de analisar a formação da economia brasileira e consolidar sua compreensão sobre os processos que conduziram ao subdesenvolvimento. Era a mesma proposta empreendida na primeira parte da análise sobre a economia venezuelana. Naquele trabalho, a segunda parte foi dedicada às propostas para avançar no desenvolvimento e superar os problemas do subdesenvolvimento.





### **Os dois primeiros planos diretores da Sudene (1960-1963)**

De volta ao Brasil Furtado vai desenvolver propostas desta natureza para o Nordeste brasileiro e pela primeira vez vai ser também responsável por desenvolvê-las. Em fevereiro de 1959 Furtado é empossado pelo presidente Kubitschek à frente da Operação Nordeste e em janeiro do ano seguinte assume a direção da recém-criada Sudene.

Furtado foi responsável pela elaboração dos dois primeiros planos diretores da autarquia, destinados a orientar sua atuação entre 1961-1963 e 1963-1965. Os documentos são pouco conhecidos e em geral não são citados na íntegra. A segunda edição de ambos tem data de 1966, pela Divisão de Documentação da Sudene (Plano Diretor..., 1966).

O I Plano Diretor plano diretor expõe de forma contundente os vínculos entre baixa formação educacional e as estruturas econômicas e as relações sociais retrógradas em que vivia a população rural do Nordeste, em especial as mulheres.

O Capítulo IX (p. 249-276), "Investimentos ligados à saúde pública e à educação de base", apresenta em seu segundo item o "Projeto-piloto de educação de base" (273-276). Aparece logo de início a caracterização das condições em que vivia a população nordestina (p. 273):

... a agricultura nas regiões subdesenvolvidas constitui o fator básico condicionante de um estilo de vida próprio. (...) A maioria dos homens e, principalmente, das mulheres nordestinas não tiveram outros contatos sociais, em toda a sua vida, que os decorrentes de relações rurais de vizinhança em fazendas ou sítios dispersas pelo interior. Esses indivíduos, devido à limitação de suas aspirações e ao medíocre desenvolvimento mental, não estão preparados para integrar-se no processo dinâmico do crescimento econômico.

Em linguagem de hoje, trata-se de relacionar as condições do educando potencial com os constrangimentos impostos pelas relações sociais em que vivem.



Em seguida o texto discorre sobre como se modificam as condições de vida na agricultura, a partir de fatores econômicos, em especial a demanda pela urbanização e pela escassez relativa de mão-de-obra. E aborda as condições econômicas e sociais em que se desenvolve a transformação das estruturas da agricultura quando a produção agrícola era mais um "sistema de vida" e não "uma empresa de tipo capitalista". Na p. 274:

Mesmo nos Estados Unido, o Governo teve que chamar a si esta tarefa. Não fosse o grande investimento público em pesquisa, bem como a poderosa máquina de assistência técnica ao agricultor, montada pelo governo, e o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos teria enfrentado dificuldades que muitos países conheceram e conhecem, inclusive na Europa Ocidental.

Feito este diagnóstico, Furtado encomendou a especialistas um projeto piloto de educação de base, a ser desenvolvido junto com a reforma agrária – nem antes nem depois da reforma agrária, vale insistir.

O II Plano Diretor enfatiza ainda mais a relevância da educação para o desenvolvimento.

Deve-se considerar, na devida conta, além disso, que nas primeiras fases do desenvolvimento cabe remover a barreira do analfabetismo e a da insuficiência generalizada de pessoal técnico de níveis médio e superior. Temos aqui outro tipo de pré-investimento de longa maturação, mas imperioso, cujo não atendimento nas proporções requeridas poderá estrangular todo o processo de crescimento em fases subseqüentes. (p.11).

Na seqüência (p. 11-12), são enumeradas as cinco "direções técnicas" que deveriam orientar "a ação do poder público, consubstanciada no presente Plano Diretor". São elas: (1) infraestrutura de transportes e energia elétrica; (2) levantamento de recursos da região e adaptação de tecnologia para seu aproveitamento; (3) "promoção da iniciativa privada" por meio de estímulos fiscais, financeiros e de assistência técnica; (4) aperfeiçoamento progressivo do fator humano pela eliminação da barreira do analfabetismo e ampliação da oferta de pessoal técnico; (5) melhoria das condições "básicas de vida".





## **O Plano Trienal (1962)**

O vínculo entre políticas de educação e de transformação de estruturas alcança maior densidade no Plano Trienal, no governo Goulart, última intervenção relevante de Furtado como executor de políticas públicas.

O Plano foi editado na íntegra apenas em 2011, pelo Cicef. A edição disponível até então era de 1962, pela Presidência da República, e trazia na capa a indicação "Síntese". O pesquisador atento deveria indagar sobre a edição completa... Nesta, afinal surgida em 2011, das quatrocentas páginas do volume, a educação ocupa nada menos que quarenta, em um plano que abordava todos os temas tidos como relevantes para estabilizar a economia e intensificar o desenvolvimento do país.

Em 21/09/1962, certo de que o presidencialismo seria restabelecido no plebiscito de janeiro, o presidente João Goulart nomeou Celso Furtado ministro extraordinário do Planejamento. Sua incumbência principal era elaborar o que viria a ser o Plano Trienal, destinado a orientar os anos de governo que Jango teria depois de ter de volta os poderes perdidos com o parlamentarismo.

O Plano ficou pronto em meados de dezembro e foi anunciado pelo presidente na mensagem de final de ano. Em três meses, apoiado em técnicos do governo e em especialistas de renome em suas áreas, Furtado produziu documento de grande ambição. O Plano Trienal buscava articular três dimensões complexas: transformações estruturais na economia; políticas para sustentação do crescimento; e medidas de estabilização de curto prazo, no quadro desafiador de aumento da inflação, crises cambiais e dificuldades fiscais.

Furtado pediu para continuar à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, que ele organizara e dirigia desde sua criação. Depois de anos na Cepal, a volta ao Nordeste colocara para o intelectual refinado o desafio do planejamento na prática, aí incluída a negociação contínua com os governadores da região, em meio à intensa exacerbação política e aos conflitos sociais da época. O



Ministério do Planejamento e a elaboração do Plano Trienal ofereciam a oportunidade de intervir na grande política nacional, em questões críticas para o futuro do país.

O texto integral do Plano não teve divulgação ampla na ocasião. A versão original, com 450 páginas datilografadas, foi editada como “Síntese” pela Presidência da República, em livro de 195 páginas, em dezembro de 1962. O texto integral está disponível desde 2011 no livro "O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento" (Centro Celso Furtado e Editora Contraponto).

Nesta edição, a íntegra do Plano Trienal ocupa quase 400 páginas, das quais 40 estão dedicadas à educação. Trata-se de nada menos que 10% da extensão total. É número expressivo em um plano que abordava todos os temas tidos como relevantes para a estabilização econômica, para a manutenção do crescimento econômico e para transformações estruturais no Brasil.

Os objetivos principais do Plano estão na introdução, em oito itens. O quarto propõe: "Intensificar substancialmente a ação do governo no campo educacional e da pesquisa científica e tecnológica, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir o acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural".

O Plano foi organizado em quatro partes: Bases da política de desenvolvimento (33 p.); Projeções globais e condições da estabilidade (69 p.); Programa setorial (269 p.); Reformas de base requeridas pelo desenvolvimento (17 p.). A extensão relativa das partes sugere interesse maior pelas questões estruturais que pela estabilização. Porém... conta o grande número de tabelas

A educação está na terceira parte, Programa setorial, ao lado da saúde, no título "Pré-investimentos para aperfeiçoamento do fator humano", apresentadas como políticas que antecedem, que preparam as condições para o desenvolvimento. A justificativa para incluir a educação é enfática: "A muito custo chegamos, afinal, à compreensão de que a escola não é apenas o feliz coroamento ornamental de uma sociedade, mas a sua instituição básica, a mantenedora da sua cultura e a promotora de sua dinâmica de desenvolvimento" (p. 162).



Nas quarenta páginas está exposto o Plano Nacional de Educação, com diagnóstico detalhado dos problemas e propostas concretas, com metas e fontes de financiamento. Furtado era ali o economista cioso das restrições objetivas, mas sempre o intelectual sonhador e apaixonado.

### **Terceira parte- Programa setorial**

#### **I. Pré-investimentos para aperfeiçoamento do fator humano**

##### **1. Plano Nacional de Educação**

###### **1.1. Situação educacional brasileira (154-161):**

acesso, escolas, magistério

###### **1.2. Diretrizes gerais do programa (162-165)**

*Educação* Começa com enunciados gerais

*Ciência*: desenvolvimento científico e ensino de ciências, tarefa do MEC

###### **1.3. Objetivos do plano (166-180)**

*Ensino primário*

Construção de escolas; criação de centros 8 horas por dia

Apoio aos estados: melhorar o rendimento das primeiras séries;

Programa nacional de alfabetização

*Formação e aperfeiçoamento do magistério*

*Ensino médio*

Recuperar rede nacional de escolas técnicas

*Ensino superior*

Destaque: tecnologias, medicina, magistério

*Ciência – Pesquisa científica e tecnológica*

###### **1.4. Financiamento do plano (181-192)**

Diagnóstico detalhado da não aplicação dos recursos já previstos em lei

Quadro demonstrativo para a destinação dos recursos orçamentários

Previsão de recursos extra-orçamentários

Divisão de recursos com Estados

###### **1.5. Meios de ação (193-194)**

Começa pela reforma do MEC

Metas de elevação dos percentuais da despesa federal – material escolar

Empréstimos da União a unidades subnacionais para construção de prédios e despesas



Anos depois, refletindo sobre sua trajetória, Furtado escreveu em "Um projeto para o Brasil" (1968, p. 83):

Em diversas oportunidades, fizemos referências ao fato de que o desenvolvimento econômico, na forma em que se processa hoje em dia, é essencialmente uma questão de criação e assimilação de progresso tecnológico. Esta afirmação deveria ser completada por outra: o progresso tecnológico é principalmente uma questão de qualidade do fator humano. (...) Abundantes estudos hoje disponíveis demonstram que o nível de desenvolvimento de um país é função da massa de investimentos incorporados no fator humano. Desta forma, o problema do progresso tecnológico e o da melhoria do fator humano estarão sempre intimamente relacionados. p. 83)

### **AS CRÍTICAS DE SAMUEL PESSOA E A CONSTRUÇÃO DA FALÁCIA**

A completa inverdade da afirmação de que Celso Furtado jamais associou educação com desenvolvimento (Pessoa, 2016) fica evidente com as referências elencadas na seção anterior. O próprio Samuel mudou esta versão no artigo de 2020, comentado adiante. Também pode ser deixado de lado o comentário do artigo de 2017, citado na introdução, pelo caráter simplório e grosseiro. Contudo, antes de passar ao texto de 2020, há mais a discutir sobre o de 2016.

O artigo (Pessoa, 2016) começa assim: "No último mês, dois garotos, de 10 e 11 anos, foram mortos em confronto com a polícia. As duas crianças vinham de famílias carentes, com muitos irmãos. (...) pesquisa recente do Ministério Público de São Paulo sugere que a falta da figura paterna, caso de uma das famílias, pode explicar parte do problema do envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade".

Na sequência, Samuel cita trabalho de Jessé Souza ("Os Batalhadores" p. 50-51): "...o ambiente doméstico representa fortíssimo fator perpetuador da pobreza. (...) a família típica da 'ralé' é monoparental, com mudanças frequentes do membro masculino, enfrenta problemas sérios de alcoolismo e de abuso sexual sistemático e é caracterizada por uma cisão que corta essa classe ao meio entre pobres honestos e pobres delinquentes". E Samuel segue destacando teses de Souza: "os batalhadores, que conseguiram melhorar de vida", teriam "internalizado as disposições nada óbvias do mundo do trabalho moderno: disciplina, autocontrole e comportamento e pensamento



prospectivo. (...) essas disposições têm que ser aprendidas, embora seu aprendizado seja difícil e desafiador e não esteja ao alcance de todas as classes"

As citações feitas por Samuel descrevem bem os efeitos devastadores das péssimas condições de vida dos pobres - nas zonas rurais, desde sempre, e hoje principalmente nas periferias urbanas.

Nesse ponto, porém, o texto de Samuel dá um salto surpreendente: "Pensadores liberais, como Eugênio Gudim e Carlos Langoni, sempre identificaram a enorme importância que a educação tem para o desenvolvimento econômico". O que essa última frase tem a ver com o caso dos dois garotos e com a relevância que pensadores liberais atribuíram à educação?

Em geral entende-se educação como o período escolar a ser cumprido por crianças e jovens, a ser garantido e supervisionado pelo Estado. Samuel concorda: "Nos últimos anos, consolidou-se o entendimento de que um sistema público de educação de qualidade é um dos elementos principais para o desenvolvimento econômico e a equidade". E continua: "Mais recentemente, a economia acadêmica vem reconhecendo a enorme importância dos primeiros anos de vida e de um ambiente doméstico estruturado para preparar a criança para a escola formal".

Nesse ponto Samuel dá razão a Furtado. O I Plano Diretor da Sudene (Sudene, 1996 a) colocou a questão de forma clara: as condições de vida no ambiente rural dificultavam a educação e mesmo a alfabetização. Furtado é atacado a partir do que ele mesmo escrevera algumas décadas antes!

Voltemos a Samuel. A frase é clara: a criança deve ser "preparada" para a escola formal. Pelas citações de Souza, endossadas por ele, as famílias não conseguem fazê-lo. E o que pode fazer a escola pública diante destes problemas? Deve a escola "corrigir" as graves restrições e privações que afligem as crianças brasileiras no seu núcleo familiar, no seu local de moradia, nos espaços públicos que frequentam?

É preciso saber o que pensam os liberais sobre isso: como a educação formal deve lidar com as crianças que vêm dessa origem descrita por Souza e que Samuel endossa? A escola pública deve "reformatar" a cabeça dessas crianças? É evidente que o sistema público de ensino não pode dar conta de tarefa como esta, muito mais ampla e complexa



que suas capacidades. Em outros tempos, parte da esquerda destacaria o Estado como reformador da sociedade. É uma resposta equivocada e perigosa, como ficou evidente nas trágicas experiências de Estados demiúrgicos do século XX, fascistas e comunistas, e na onda de fundamentalismo religioso que nos ameaça.

Furtado foi por outra direção. Tratava-se de capacitar o Estado a oferecer saneamento básico, acesso a saúde, escola de tempo integral. E acrescentaríamos agora: segurança, sistema judiciário acessível, universalização das políticas sociais, e programas de transferência de renda condicionada, respeito às leis, combate permanente à corrupção. Em termos enfatizados pelos liberais: tornar as condições iniciais da vida o mais equilibradas que for possível para todas as crianças, tentar sempre reduzir os efeitos das desigualdades de origem.

Para os estruturalistas e para a esquerda, para isso é preciso reduzir a concentração de renda, de propriedade, de riqueza. Nesse contexto estava a luta pela reforma agrária e pela reforma fiscal, tão fortes na época em que Furtado elaborou o Plano Trienal e nele as incluiu. Propostas que ajudaram a precipitar o golpe militar - apoiado pela grande maioria dos liberais, vale lembrar.

No texto do blog do Ibre (Pessoa 2020), Samuel parte da mesma caracterização simplificadora e inverídica de que "o pouco peso do tema da educação em Celso Furtado deve-se à ideologia básica que sustenta seu pensamento: o subdesenvolvimento depende da relação que o país tem com a economia global, isto é, com as demais nações, especialmente as mais desenvolvidas; e depende menos das características intrínsecas das sociedades".

É uma simplificação inverídica, por desconsiderar a enorme relevância que Furtado atribui às condições internas das sociedades expostas aos impulsos provenientes do exterior. Basta lembrar da Primeira Parte de *Formação Econômica do Brasil*, em que são analisados os impactos diferenciados da ascensão inglesa sobre as colônias da América do Norte, as Antilhas e o Brasil. Se não bastar, que se faça então leitura atenta das obras mais políticas de Furtado e de sua atuação como homem público. Nos dois domínios, Furtado trabalha essencialmente sobre as questões internas do Brasil e dos países da América Latina.





É também simplificação grosseira por não considerar as análises de Furtado sobre o desenvolvimento de países específicos como resultante de combinações entre impulsos externos e inserção externa com escolhas políticas internas, condicionadas fortemente pelas heranças do passado e pelos conflitos internos em curso. Nossos problemas não decorreram de imposições externas, e sim dos efeitos combinados destes fatores, inclusive escolhas diante dos efeitos dinâmicos gerados pela economia internacional, escolhas das elites de nossos países.

Continua Samuel no mesmo texto: "A experiência histórica de que a escolarização de qualidade da população precede as experiências de crescimento – Inglaterra, EUA, Japão, Suécia, Alemanha e Coreia do Sul, por exemplo – é volumosa". E recorre em seguida ao caso da Argentina. Contudo, nosso vizinho é um contraexemplo intrigante para sua tese: a reforma educacional da virada do século XIX para o século XX é um caso exemplar de ênfase na educação básica, sobre a qual existe literatura disponível. A Argentina ostentou excelentes indicadores educacionais ao longo do século XX, como se sabe. Ou seja: a ênfase na educação não teve o efeito universal que Samuel aponta. A tese de que todos os países que se desenvolveram tiveram antes acesso à educação, se for sustentável, encontra uma negação na Argentina: nem todos os países que promoveram amplo acesso à educação tiveram êxito no desenvolvimento. E as causas estão ligadas a problemas estruturais do país, históricos, internos, frente aos quais a educação não é panaceia universal.

No caso da Coreia do Sul o próprio Samuel oferece o argumento para contestar sua tese. Para ele, teria sido mérito de Furtado compreender que, "nos países asiáticos, o processo de homogeneização social, fruto de uma política de reforma agrária e um pesado investimento educacional, que atingiu a 'plenitude na escolarização e a total alfabetização da população adulta', foi essencial para o desenvolvimento desses países". Pois então: a "homogeneização social", decorrente da reforma agrária e do "investimento educacional", teriam sido decisivos para o desenvolvimento. Em suas palavras, a reforma agrária teve papel decisivo. Qual processo precede, qual decide, qual determina os resultados? O que promoveu a "homogeneização"? Furtado defendia



a reforma agrária e indicava a estrutura agrária como forte condicionante do atraso educacional

Temos então, nos dois casos destacados por Samuel: (i) na Argentina, o pesado investimento em educação não conduziu ao desenvolvimento; (ii) na Coreia do Sul, o êxito foi precedido por um processo de "homogeneização social", que incluiu a reforma agrária. O pesquisador cauteloso anotaria: (i) existe ao menos um caso em que a causalidade não se verificou; (ii) existe um problema de sequência temporal: a educação básica pode ter sido precedida por processos peculiares que problematizam a generalização; e estes processos dão razão aos argumentos de Furtado, o adversário que se está criticando.

Pode-se então enaltecer a obra de Furtado: o I Plano Diretor da Sudene Furtado dialoga com experiência de grande envergadura em curso na Ásia: reforma agrária como pré-condição para a educação. Samuel critica Furtado por não ter dialogado com tais ou quais interlocutores acadêmicos, mas ele de fato dialoga com uma das experiências mais decisivas da décadas seguintes, o desenvolvimento acelerado da Ásia!

Por fim, vale destacar que no penúltimo parágrafo do texto (Pessoa, 2020), ao elogiar o trabalho de Furtado (2008) sobre a Venezuela, Samuel reporta corretamente que o texto "faz um diagnóstico" sobre aquela economia e trata a escolarização da população como pré-requisito para a continuidade do processo de desenvolvimento". Aqui Samuel foi fiel a Furtado: nas partes iniciais da análise sobre a Venezuela, o autor segue as categorias do desenvolvimentismo e não há destaque para a educação, que só aparece na seção final, intitulada "Tarefas a cumprir na nova fase do desenvolvimento". Este cuidado não aparece ao longo do artigo, em que Samuel aponta o suposto erro de Furtado ao não destacar a relevância da educação para o desenvolvimento em geral.

## COMENTÁRIOS FINAIS

No artigo foi criticada a tese de que Celso Furtado teria menosprezado a educação em sua obra sobre o desenvolvimento, a partir de três artigos curtos de Samuel Pessoa, dois na Folha de S. Paulo e outro no blog do Ibre. Justifica-se o foco neste único autor pela



sua influência no debate econômico e pela qualidade de suas intervenções. Não houve pesquisa sobre teses semelhantes em outros autores.

A análise permitiu mostrar um caso de narrativa falaciosa sobre tema controverso, em que são reunidas informações corretas e inverdades flagrantes, em um conjunto destinado a "demonstrar" a tese adotada de início. A qualidade do debate sobre história econômica do país é ameaçada com esta prática, em especial em intervenções que atingem público não especializado e motivado por convicções ideológicas prévias.

Houve dificuldades insuperáveis para responder na própria Folha de S. Paulo. Enviei artigo para o caderno de domingo em 2017 sem que houvesse resposta. Depois de quase dois meses, comentei com o próprio Samuel Pessoa o corrido e ele falou com o editor, que aí sim respondeu e se desculpou, alegando que o artigo havia se extraviado, ou algo assim, e que naquela altura havia envelhecido. Fiz outro, mais curto, para a seção de Opinião do jornal, que recusou de imediato, por não ter interesse. Fiz outro artigo, mais longo, para a revista Piauí, abrangendo também as críticas à esquerda, igualmente sem resposta do editor. Por fim consegui publicar um artigo em um portal. Na sequência Samuel Pessoa me ofereceu a possibilidade de responder no blog do Ibpe, mas era começo da pandemia e eu não tive condições de escrever.

A análise evidenciou também o problema chamado aqui de "intolerância metodológica": a recusa a considerar argumentos e demonstrações que utilizem métodos ou critérios de correntes de pensamento diversas. É o caso do déficit de educação básica como fator que impede o desenvolvimento, ou que é suficiente para assegurar seu êxito. A argumentação de Samuel Pessoa contra a obra de Celso Furtado padece deste mal, como demonstrado.

Pode ser esta uma explicação para a afirmação de que a esquerda no Brasil nunca levou a sério a educação, algo absurdo diante de figuras eminentes como Paulo Freire e de processos marcantes como o governo de Miguel Arraes em Pernambuco, antes do golpe, da atuação dos parlamentares de esquerda na Constituinte de 1988.

Por fim, destaca-se a despreocupação com os resultados das políticas de recuperação do atraso educacional, por governos de direita e de esquerda, em que se poderia sim avaliar



com propriedade a contribuição marcante de Celso Furtado, na Sudene e no Ministério de João Goulart.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu evidenciar a coerência e a continuidade da convicção de Celso Furtado sobre a relevância da educação no processo de desenvolvimento econômico. Permitiu também identificar propostas de articulação entre a oferta de educação em todos os níveis relevantes, desde a alfabetização de adultos e o ensino básico infantil, até os níveis mais complexos da formação técnica e científica. Ficou evidente também a ênfase nas condições de vida e de trabalho dos setores marginalizados pelas estruturas do subdesenvolvimento e a necessidade de modificá-las para que a educação consiga avançar. É notável a ênfase no tempo longo requerido para que estas mudanças avancem com medidas para dar início de imediato às políticas requeridas e apontadas com clareza, em especial no caso dos dois planos diretores da Sudene e no Plano Trienal, em que Furtado era executor, além de formulados de políticas.

A herança de Furtado é instigante: defender reformas que poderiam romper a herança estrutural de exclusão das maiorias, origem dos problemas que ainda hoje nos assombram. E lutar pela educação como uma das formas de romper essa exclusão, como fez no Plano Trienal. Furtado não propôs resolver primeiro as causas da exclusão para depois cuidar da educação. O Plano tem propostas detalhadas, inclusive escola de período integral, uma das formas de romper o círculo vicioso da pobreza, exclusão e baixo acesso à educação.

A herança foi seguida pela esquerda. No artigo de Samuel de 03/07/2016, só no último parágrafo reaparece o termo "esquerda", apesar de estar no título do artigo, com a crítica de que só agora nós teríamos "descoberto algo que a direita já sabia há muito tempo". Essa afirmação também não é verdadeira e também deve ser corrigida.

O conceito de esquerda é mais amplo que estruturalismo, heterodoxia e desenvolvimentismo, definidos dentro no debate econômico. No campo do que se pode chamar de esquerda no Brasil, estão: o trabalho de Paulo Freire e os programas do governo Arraes em Pernambuco, antes do golpe de 1964; a vinculação de recursos do orçamento para a educação na Constituinte de 1988; a atuação do mesmo Paulo Freire



na gestão de Erundina em São Paulo; os CIEPS de Brizola no Rio de Janeiro. Não é pouco.

A esquerda tem interpretação diferente dos liberais sobre as origens do gigantesco e trágico déficit educacional brasileiro. Quando pôde interferir nas políticas de Estado, desenhou e implantou políticas para superá-lo. As políticas e as propostas de nosso campo podem e devem ser questionadas, as do passado e as do presente, o que supõe reconhecer que existiram e que existem. Da mesma forma que devemos reconhecer e analisar as propostas dos liberais e dos conservadores, as que existiram e as que existem.

Reconhecer o que oponentes propuseram e conseguiram fazer permite aprender com os demais e compreender as vicissitudes e o desfecho de iniciativas ambiciosas. As propostas de Celso Furtado para a educação no Plano Trienal devem ser avaliadas por elas mesmas, pela coerência interna, pela adequação ao momento da época. É preciso questionar se eram possíveis no contexto de radicalização política que levou ao abandono do Plano em poucos meses e depois ao golpe militar e ao exílio de Furtado. Há muito a aprender com este debate, tanto para especialistas em educação, o que eu não sou, quanto para os que se interessam pelos rumos de nosso país, em que eu me incluo. Em todos os casos, só é possível aprender com aquilo que reconhecemos que existiu.

Duas pautas de discussão podem ser derivadas desse debate. A primeira é reavaliar as propostas de Furtado no Plano Trienal e compará-las com as propostas da ditadura, dos liberais, dos desenvolvimentistas que serviram à ditadura. A segunda é aprofundar a discussão sobre o que fazer com a educação hoje, diante da persistência de problemas que há décadas ocupam os dois campos de ideias. E sempre incluir no debate a voz de quem enfrenta os problemas no dia-a-dia da escola pública nos bairros pobres das grandes cidades e do interior. São aqueles que lidam com os problemas complexos de receber na escola crianças provenientes do ambiente que Samuel descreveu com as palavras de Jessé Souza.



A discussão dessas agendas precisa ocupar os especialistas dos vários campos ideológicos, teóricos e políticos do país, sem exclusões e sem preconceitos. Os problemas são maiores que todos nós.

Aos que se ocupam das questões macroeconômicas, cabe lutar para que a educação tenha recursos e meios materiais para fazer o melhor. E lutar para que a estabilidade macroeconômica permita manter os recursos da área e estimule a geração de renda e de trabalho de qualidade para a maioria. É muito bom o desafio final do artigo de Samuel: desenhar políticas públicas que desarmem a armadilha de reprodução e perpetuação da pobreza em que está presa grande parte da população brasileira.

Quando pôde, Celso Furtado dedicou a isso o melhor de suas energias e de suas competências.

## Referências

Carvalho, Carlos E. (2020). Celso Furtado e a educação – homenagem à memória de um grande homem. Portal Disparada, 25/07/2020.

<https://portaldisparada.com.br/economia-e-subdesenvolvimento/celso-furtado-e-a-educacao/>

Carvalho, Carlos E. (2022). Celso Furtado e a educação: o intelectual e o homem público. Anais do Cicef: V Congresso Internacional do Centro Celso Furtado. Resumo expandido. Rio de Janeiro, UFRJ, 17/08/2022.

<https://www.congresso2022.centrocelsofurtado.org.br> – p. 266-272

Aguiar, Rosa F. (2011). O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro, Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 500 p.

Furtado, Celso (1968). Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro, Ed Saga, 1968.

Furtado, Celso (2008). Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro, Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 188 p.

Furtado, Celso (2012). Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 88 p.

Pessoa, Samuel (2016). A esquerda encontra a direita. Folha de S. Paulo, 03/07/2016, p. A24.

Pessoa, Samuel (2017). Anos 1950. Folha de S. Paulo, 10/12/2017, p. 10 mercado.

Pessoa, Samuel (2020). Celso Furtado, a educação e o desenvolvimento. Ibre, blog, 13/08/2020





XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

Sudene (1996a). Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste I. Recife, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Série Planejamento, 2<sup>a</sup>. ed, 284 p.

Sudene (1996b) Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste II. Recife, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Série Planejamento, 2<sup>a</sup>. ed, 100 p.